

SESSÕES DO PLENÁRIO

19ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de março de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Zé Raimundo Fontes e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há expediente a ser anunciado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Euclides Fernandes. (Silêncio) Não está presente.

Com a palavra o segundo deputado inscrito, Leandro de Jesus.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, eu não estava na sessão ontem. Queria transmitir a V. Ex.^a e a todos os deputados que, a partir da próxima semana, V. Ex.^a tem mais do que razão, é claro, porque nós começamos as atividades, praticamente, na semana passada. E, a partir da próxima semana, todas as sessões serão, totalmente, de forma presencial. (Palmas)

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone): Vou até me levantar, presidente!

(Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não precisa levantar. Isso é uma coisa natural e normal. Já estava na hora. Claro, a gente estava dessa forma híbrida desde o período da Covid, mas, claro, agora não justifica a gente continuar com as sessões da forma híbrida que estava havendo. V. Ex.^a está coberto de razão ao criticar, mas foi atendido.

Com a palavra o deputado Leandro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro de Jesus.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Boa tarde a todos. Cumprimento todos os servidores presentes, o presidente, os nobres colegas e a imprensa.

Bem, meus amigos, eu queria chamar atenção dos senhores para uma situação que, realmente, já passou de todos os limites no estado da Bahia, uma situação que tem levado e ocasionado um grande sofrimento ao nosso povo baiano.

Eu estive, melhor, fui a caminho do Oeste da Bahia. Passei pela cidade de Seabra, passei pela cidade de Barreiras. Fui até Luís Eduardo Magalhães. E o que me chama a atenção é que, ao chegar a Seabra, lá, eu tive a notícia de uma família, uma mãe desesperada que perdeu a sua filha de 19 anos, aguardando atendimento na fila da regulação, e não foi atendida. Fui até o hospital para buscar informações, porque, inclusive, estava se negando a dar mais informações a esta mãe e aos familiares.

Simplesmente, o relato que eu recebi da coordenação do hospital é que aquela menina deveria ter sido transferida através de uma UTI móvel. No entanto, lá, em Seabra, não tem essa UTI móvel. Uma vida se foi, uma vida se perdeu.

Ao chegar a Barreiras, senhoras e senhores, constatei, através de uma denúncia, que o ex-governador da Bahia havia anunciado a inauguração da Unacon, melhor, unidade de tratamento contra o câncer. Pasmem, vocês! Já vai fazer 1 ano, 1 ano após a suposta inauguração e a Unacon está fechada. Não há atendimento para aquelas pessoas da região ali de Barreiras, no Hospital Geral do Oeste, uma unidade anexa está fechada. Trata-se de uma falsa inauguração que ocasiona o maior sofrimento à população, principal e especialmente, essa que sofre com o acometimento do câncer.

Não bastasse isso, meus amigos, o caos deste genocídio da fila da morte, a fila da regulação vem matando a população baiana. Chegando a Salvador, ouvi mais uma denúncia, dessa vez, na UPA Parque São Cristóvão, em Salvador. Lá, dezenas de pessoas estão aguardando a regulação. Inclusive, há situações gravíssimas. Eu acompanhei isso in loco. Fiscalizei, com uma certa dificuldade, inclusive. Foi constatado, ali, uma situação terrível.

As pessoas estão sendo colocadas na UPA ou nas UPAs, na Bahia ou em Salvador, para esperar a morte, porque a fila da regulação é a fila que não funciona, não anda! Isso é um absurdo! Isso já é conhecido por todos nós. Até onde isso vai parar? O que se transformou a vida para este desgoverno, para esta situação na Bahia? Então, é inaceitável o que está acontecendo.

Fui até à Sesab para cobrar soluções. E, pasmem, vocês. Pasmem, vocês! O argumento é que o estado atende, por exemplo, 10 mil pessoas, mas mil vão reclamar pela falta de atendimento. Basicamente, esse foi o argumento. Então, quer dizer que, se mil pessoas morrem ou se mil pessoas sofrem ou ficam com sequelas graves para o resto da vida por não ter atendimento, eles acham que isso é normal. Então, isso me preocupa muito.

Eu conclamo os colegas. Nós devemos tomar providências sérias sobre esta questão da regulamentação da “fila da morte” na saúde, ou melhor, na ausência de saúde na Bahia. O sofrimento só se aprofunda por todos os lados. Por onde a gente vai buscar uma solução, simplesmente, o governo do estado, a Secretaria da Saúde não apresenta um projeto consistente para mudar esta situação. Aqui, eu deixo o meu recado, qual seja, eu estarei fiscalizando, continuarei fiscalizando...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) in loco essa questão, denunciando e continuando esta situação gravíssima. A responsabilidade vai cair sobre aqueles que deveriam apresentar uma solução.

Chega de matar o nosso povo! Chega desse genocídio causado pelo PT na Bahia. Aqui, fica o recado!

Muito obrigado pela oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, antes de chamar o próximo orador, é claro, como presidente, eu não posso estar aqui, deputado Alan, eu não posso fazer discurso, mas, como a sessão está tranquila, com o quórum pequeno, e, com todo o direito, a gente está numa Casa democrática, tem todo o direito o deputado Leandro ou qualquer outro deputado de fazer os pronunciamentos, as suas críticas, mas cabe a mim, independente de fazer parte do grupo do governador, até para colocar os pingos nos is e por uma questão de ser justo, se a gente levar, sem política, essa questão da regulação, é claro que tudo pode ser melhorado, pois é um milagre, eu considero, e, se não se usar política, eu considero um milagre.

É fácil fazer a conta, deputado Alan, você que é da área médica. Vamos lá. A Bahia tem hoje quase 15,5 milhões de baianos. Nós temos, aí, no máximo 1,5 milhão de baianos que têm plano de saúde, ou seja, uma parcela minúscula que tem recurso financeiro para pagar um tratamento médico particular.

Então, a qualquer lugar que você vai na Bahia, por menor que seja, a roça, a localidade, você vai ver, lá, numa argolinha, em um jogo de futebol 2 mil a 3 mil pessoas. Imaginem: 14 milhões de baianos precisarem de uma cirurgia cardíaca e serem atendidos na mesma hora. Cai de moto, que é uma guerra, que são centenas, principalmente final de semana, ter cirurgia ortopédica na mesma hora, aneurisma cerebral, UTI esperando, intestino, joelho.

Eu considero um milagre. E, vejam, eu não estou aqui tratando de política. A política está longe ainda. Agora, nós saímos de eleição de deputado, de governador. A próxima eleição para prefeito ainda está longe. É por uma questão de ser justo, com

todo respeito, deputado Leandro, que eu tenho ao seu posicionamento, mas discordo completamente.

Vejam, eu considero, e é um milagre. Vejam que o governador Wagner e o governador Rui Costa fizeram 22 hospitais. O Hospital da Mulher, sozinho, fez 90 mil cirurgias. Nós temos uma população enorme e pobre. Imagine como a gente vai conseguir tantas UTIs para acomodar, com o SUS atendendo, sem custar um centavo, todo tipo de tratamento. Até cirurgias para trocar de gênero o SUS faz sem gastar um centavo.

Então, vejam quantos hospitais: o novo Hospital Geral Roberto Santos, Hospital da Mulher, Hospital do Subúrbio, o maior da Bahia, Hospital Estadual da Criança, Hospital Geral Clériston Andrade, Hospital da Chapada e o Hospital Regional de Juazeiro. Tem de se construir um hospital por dia, e não tem nem equipe médica, deputado Alan. Eu digo isso, porque eu tive oportunidade de falar...

Eu tenho um sobrinho anestesista do maior hospital da Bahia, Hospital Metropolitano. Ele me disse: “Meu tio, o hospital podia atender muito mais gente, está sendo subutilizado.” Eu falei ao governador Rui Costa, na época, que um primo meu, anestesista, trabalha no Hospital Metropolitano e diz que está sendo subutilizado. Ele disse: “Deputado Adolfo Menezes, eu tenho consciência. Nós estamos tentando contratar. Tentamos passar para as Obras Sociais Irmã Dulce, e não deu certo.” Tipo Hospital do Subúrbio, que também foi construído na gestão de Wagner e de Rui. Resumindo, nós temos todas essas dificuldades.

Então, aqui, eu não estou tratando de política, não. Eu comento, sempre, em todo lugar por onde eu ando. Você vai ao carnaval. No carnaval mesmo, ali, no palanque, ali em cima, onde a gente vê melhor. Eu comentei, por diversas vezes, todas as noites. Eu dizia: “(Expressão retirada a pedido da Presidência.) olha a quantidade, 3 milhões de pessoas na rua, 2 milhões! Quantas pessoas dessas têm condição de ir ao hospital e pagar o tratamento particular?” Então, eu considero... Não tem milagre, deputado Leandro. É claro que pode ser melhorado. Tenho certeza de que o governador pode tentar melhorar, fazer mais hospitais. Mas eu considero, e é um milagre.

E outra coisa: o Brasil é o único país do mundo – olha que nós temos países ricos aí na frente da gente – que tem uma população nesse porte de 210 milhões de habitantes, um sistema como o SUS, que sempre precisa, claro, ser aperfeiçoado, que atende a população para todo tipo de operação.

É claro que, infelizmente, como Leandro diz, muitas pessoas morrem por falta de regulação. Eu mesmo solicito, às vezes, à secretária da Saúde. Imagina um deputado tirando o tempo da secretária para pedir uma internação. É Brasil! Ela diz: “Deputado, só se eu tirar um para morrer, para tentar salvar outro.” A regulação está vendo, ali, o que é que tem na tela, qual é a UTI e o tipo de hospital que atende. Se é cirurgia cardíaca, V. Ex.^a sabe que é o Ana Nery. Se é coluna, é o Manuel Vitorino. E por aí vai.

Então, deputado Leandro, com todo o respeito... Claro, esta é uma Casa daqueles que pensam de maneira diferente e agem diferente. Mesmo como presidente, não cabe, como a sessão está tranquila, eu tomei ousadia, com toda a

licença de vocês, de fazer esse comentário, porque é independente de grupo político. É o que eu vejo. Tenho certeza de que é. Não é fácil resolver esse problema. É claro que a população tem todo o direito. Mas você ter assistência médica UTI aguardando, eu não sei como esta conta vai fazer.

O Sr. Leandro de Jesus: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Leandro.

O Sr. Leandro de Jesus: Agradeço mais esta oportunidade, só emendando aqui. Eu faço um convite a todos os colegas, melhor, a todos os 63 colegas deputados. O que eu tenho feito exatamente para entender o sofrimento das pessoas? A melhor forma de entendermos o sofrimento de quem está lá, aguardando na fila da regulação, prestes a morrer, ou de um familiar que está aguardando, é irmos lá pessoalmente.

Eu estive, agora, na UPA de Parque São Cristóvão. É um sofrimento terrível. Primeiro, é superlotado, é uma superlotação absurda. De fato, ao adentrar para observar a situação, inclusive, a convite de um familiar, a gente vê que é uma situação realmente desumana, repito, desumana!

Então, existe alguma coisa dentro do sistema que não está funcionando bem, em que pese as diversas inaugurações mencionadas pelo presidente. Penso que todos, inclusive, nós, desta Casa, devemos participar e cobrar as melhorias. Ora, se faltam mais vagas, então, que se abram mais vagas. Se precisa contratar mais médicos, que busquem. Mas tem de haver uma solução e tem de ter a participação desta Casa para buscar melhores resultados. É esta a solução.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Leandro, V. Ex.^a tem toda razão, até porque eu, também, mesmo sem estar indo visitar diretamente, eu passo por isso todos os dias, pois sou demandado para resolver. E não é mole!(...)

O Sr. Leandro de Jesus: Eu sei, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) Eu sempre me coloco, como acredito que todos nós nos colocamos, no lugar do outro. Não é fácil você ver um familiar perdendo a vida por falta de atendimento. E a gente vê sempre isso. Isso é o que eu queria dizer.

O Sr. Leandro de Jesus: Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está bom?

Srs. Deputados, desculpa a minha intervenção. Mas eu não posso ficar destreinado, também! Na condição de presidente, eu não posso falar nada. Aí, não dá, não é, Raimundinho?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Pois não, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já está a postos?

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Já estou na marca do pênalti. (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Então, chute!

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é um prazer estar, mais uma vez, aqui. Ontem, eu iria usar esta tribuna para fazer este registro que eu acredito ser de suma importância. Ontem, foi o Dia Nacional dos Animais. É uma data que relembra a importância do cuidado, da proteção e da garantia dos direitos desses seres. Domésticos ou selvagens, os animais precisam de atenção direcionada e políticas públicas de proteção.

E, esse momento, Sr. Presidente, essa data, que foi a de ontem, é uma data de comemorações (lê) “(...) porque, nos mais diversos bairros dos municípios...” Aliás, não é uma data de comemorações. Não é. Retificando...

O Sr. Alan Sanches: É ou não é, deputado?

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Não é! (Lê) “Porque, nos mais diversos bairros dos municípios baianos, inúmeros animais têm amargado a dor do abandono, dos maus-tratos e da negligência daqueles que deveriam lhe oferecer amparo e proteção. Hoje mesmo, através do meu perfil numa rede social...” – no caso, foi ontem – “(...) recebi uma grave denúncia de maus-tratos de um cachorro que, desde filhote, tem vivido em uma situação de escassez, mal-alimentado, doente e sem condições básicas de sobrevivência.” Mas esta é apenas uma de tantas denúncias e pedidos de ajuda para os animais.

Eu queria abrir um parêntese, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que a Secretaria da Segurança Pública, aliás, a Secretaria de Justiça, deputado Robinson Almeida, juntamente com o secretário da Segurança Pública, precisa direcionar ou orientar os delegados da polícia. Quando o cidadão chega à delegacia para prestar queixa de maus-tratos aos animais, muitos não são os delegados que ignoram, que realmente ignoram. Por quê? Porque nós não temos delegacia específica para atender essas demandas. Mas as delegacias são obrigadas a fazer o registro. Elas são! Não existe a delegacia ambiental. Qual é a delegacia ambiental? Eu não conheço.

Então, Sr. Presidente, o Brasil possui quase 185 mil animais abandonados ou resgatados após maus-tratos! Ora, Srs. Deputados, são 185 mil sob a tutela de Organizações Não Governamentais (ONGs) e grupos de protetores, de acordo com o levantamento do Instituto Pet Brasil (IPB) deste ano.

Eu quero, Sr. Presidente, aproveitar esse momento para falar da importância dos protetores de animais que existem e que mesmo, com poucos recursos, e, na maioria das vezes, sem nenhum suporte, eles têm dado atenção à causa animal.

Nesta Casa, eu dei entrada na criação da frente parlamentar. Eu gostaria da atenção dos Srs. Deputados, porque, nesta Casa, eu dei entrada para a criação de uma Frente Parlamentar em *Defesa do Bem-estar Animal e Segurança Ambiental* da Bahia, que precisa de algumas assinaturas, ainda.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu creio que, hoje, nós iremos obter as assinaturas necessárias, para a gente poder instalar a Frente Parlamentar em *Defesa do Bem-estar Animal e Segurança Ambiental* na Bahia. Então, nesta tarde, eu venho a esta tribuna para dizer que nós iremos criar a Frente Parlamentar em *Defesa do Bem-estar Animal e Segurança Ambiental* para que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a gente possa fazer esse trabalho tão importante em defesa da causa animal.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Vitor Azevedo.

O Sr. VITOR AZEVEDO: Boa tarde, Sr. Presidente, líder Rosemberg, colegas, amigos e amigas deputadas.

Esta é a primeira vez que eu estou subindo na tribuna, neste primeiro mandato. Queria começar agradecendo aos meus 67.847 eleitores que me deram este mandato. Foram quase 68 mil votos em toda Bahia, foram 413 municípios onde fui votado, e isso muito me honra.

Eu gostaria de honrar essa Casa como meus avôs materno e paterno. O meu avô paterno esteve por aqui duas vezes: Josaphat Azevedo. O meu avô materno, vovô Adão Bastos, também, por aqui passou duas vezes. Espero fazer um pouco do que eles fizeram por essa Casa e por toda a Bahia.

O que me traz, Sr. Presidente, é uma leitura rápida de dois requerimentos do meu amigo vereador Layon, de Serrolândia, que me visitou esta semana. Ele pede uma atenção do estado, uma urgência para viabilizar a reforma da estrutura da Uneb Jacobina, Campus IV, para que os estudantes daquela região, uma região onde eu tive a representatividade em Serrolândia, Várzea da Roça, Miguel Calmon, Jacobina, Ourolândia, onde eu tive uma representatividade para que esses estudantes tenham condições, aqueles que não têm condições de sair para outros polos como Juazeiro, Feira, Salvador, possam prestar seus cursos de uma forma digna, ali, em Jacobina, no Campus IV, da Uneb.

O outro requerimento dele foi para que o estado faça um estudo, para ver algum município da região, onde possa receber um centro obstétrico, que não tem na região, pois as mães gestantes e as mulheres grávidas têm de sair do seu município para se dirigirem a Feira, Salvador ou outros municípios, sobrecarregando aqueles municípios, onde, de uma forma mais objetiva, a gente pode estar, ali, naquela região, achando um município que possa receber um centro obstétrico estadual, para que a gente possa diminuir a mortalidade de gestantes e ter uma gravidez mais humanizada.

Era isso o que eu queria falar, Sr. Presidente.

Uma boa tarde a todos. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Jordavio.

O Sr. JORDAVIO RAMOS: Boa tarde, caros colegas deputados, boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde toda a imprensa presente.

O que me traz, hoje, a este Plenário, é para falar sobre dois temas. Um, eu confesso, me deixa feliz. Recentemente, o presidente Lula anunciou que dará continuidade às obras da travessia urbana de Juazeiro, que é um problema que vem se arrastando por muito tempo em nossa cidade. Quando ele anunciou isso, o que eu percebi foi que eu nunca vi aparecer tanto pai de uma criança da obra em um curto espaço de tempo. Apareceu mais do que em laboratório de teste de DNA. Mas eu acho que nós não devemos procurar quem é o pai, e, sim, estarmos juntos trabalhando em prol do povo Juazeiro que, afinal de contas, é quem será beneficiado. Então, quero agradecer a todos esses que colaboraram de alguma forma, mesmo estando dentro de casa, mas contribuiu por ter uma influência partidária.

Também, não posso deixar de exaltar quem lutou, quem bateu na porta, que foi a prefeita Suzana Ramos. Quem procurar, recentemente, nos últimos 2 anos, Suzana esteve, em março, à procura do ministro, à época, Tarcísio, para mostrar a viabilidade da obra, e Tarcísio começou a dar andamento. O deputado federal Adolfo Viana, sendo parceiro, fez a aprovação da PLN para que desse continuidade à travessia. Suzana recebeu o ministro Tarcísio, em março, para, também, tratar do assunto. Ele prometeu que a obra sairia e que a licitação logo ocorreria.

E eu estive presente, em dezembro, ainda como deputado eleito, melhor, não como deputado eleito, como juazeirense que se incomoda em ter a ponte da sua cidade, chamada de “Ponte Picolé”, como juazeirense apaixonado. Estive ao lado do deputado federal Adolfo Viana, visitamos o senador Marcelo Castro, relator do Orçamento. Lá, foram destinados milhões para o início da obra.

Fico feliz. Agradeço ao presidente Lula que disse que dará continuidade à obra. Afinal de contas, é o que eu sempre digo, se nesta política estabelecida de lados, o lado que a gente deve ter como prioridade é o lado do povo, é o lado que beneficia o povo.

Outro ponto que me traz à tribuna, à plenária, é um que eu já tenho falado e tenho chamado atenção, como eu digo, pois é muito cedo você cobrar isso do novo governador. Mas eu, como baiano, tenho me incomodado e tenho de falar que é a segurança pública.

Recentemente, melhor, novamente, eu vi que a Bahia, pelo 4º ano consecutivo, registra o maior número de mortes violentas do Brasil. Nós estamos tendo 5.129 mortes todo ano. Para vocês terem uma ideia, a título de comparação, na Ucrânia, em época de guerra, com 73 milhões de habitantes, e a nossa Bahia tem 15 milhões, teve 8 mil mortes de civis. Então, isso quer dizer o quê? Que nós estamos vivendo uma guerra.

Eu sei que o problema da segurança não é fácil. Eu sei que passa por muitas etapas, que se passa pela educação, uma melhoria da educação. Mas eu acho que tem uma classe que poderia ser olhada com mais atenção, que é a classe que nos traz segurança, que é a polícia, tanto a Polícia Militar como a Polícia Civil.

Faz um bom tempo que eles estão precisando de uma atenção, de um reconhecimento. A Polícia Militar precisa melhorar o soldo, que é um dos piores do Brasil; precisa que o praça tenha um plano de carreira. Quanto à Polícia Civil, estive em conversas recentes com delegados. Eles dizem que falta infraestrutura, que não tem

viaturas suficientes, que não tem um contingente suficiente, ou seja, precisamos de novos concursos públicos.

Então é isso. Eu estou escutando as demandas e trazendo para que de alguma forma a gente possa ajudar. Não entendam só como uma cobrança. É como alguém que está preocupado com seu estado. Quanto à classe dos policiais, eu acho que merece ser reconhecida, pois, afinal de contas, eles saem de casa, deixam suas famílias para proteger as nossas famílias. Então, eu abraço a causa.

De antemão, meu muito obrigado a todos. Boa tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu queria registrar as presenças dos garotos nas galerias, ali, em cima, da Escola Municipal Arte e Alegria, do bairro Novo Marotinho. (Palmas)

Sejam bem-vindos, garotada, à Assembleia. Que Deus proteja todos vocês. Um abraço!

Com a palavra o deputado Matheus Ferreira. Não, porque eu inverti um pouco a ordem de Matheus; logo depois, a deputada Olívia.

O Sr. MATHEUS FERREIRA: Boa tarde!

Sr. Presidente, demais colegas deputados, quero saudar toda imprensa que se faz presente, quero saudar, também, as galerias, essa criançada de meninos e meninas da escola municipal, a quem eu mando um boa tarde. Agradeço a presença de cada um de vocês. Isso é muito importante, não só para nós parlamentares, mas, sim, para essa juventude, que é o nosso futuro.

Sr. Presidente, eu venho aqui, hoje, falar sobre um assunto para o qual muitas das vezes não nos atentamos ou nos atentamos e não sabemos até hoje. Hoje, eu trago um tema e eu quero dizer aqui: o Orçamento do governo do estado é responsabilidade do governador. Acredito que muitos, todos que estão aqui, já sabem disso e não têm nenhuma dúvida.

Mas eu venho aqui, hoje, também para falar que há um prefeito, caro amigo Luciano, que vem, nesses últimos dias, exigindo ao governador projetos para demandas da sua cidade, que, por sinal, ele não comanda muito bem, não toma conta muito bem. Nas últimas semanas, Sr. Presidente – inclusive, ele, esse prefeito, já foi convidado a se retirar do partido e está cansado de tomar aquela chamada invertida, assim como os jovens costumam falar –, ele resolveu peitar o governador e exigir que as despesas da micareta da cidade, que ele governa muito mal, por sinal, Sr. Presidente, fossem iguais às despesas do nosso Carnaval.

Sr. Presidente, acredito que cada um tem de se colocar no seu lugar e eu digo isso com propriedade, porque sou um deputado, parlamentar, um porta voz do nosso povo baiano. E acredito que ele tem que fazer a micareta com toda a certeza e maestria com o investimento designado pelo governo do estado para a festa, que, com fé em Deus, ocorrerá da melhor maneira possível.

Mas, Sr. Presidente, eu queria, aqui, já para finalizar, apenas salientar. Gostaria de parabenizar, mais uma vez, ao governo do estado pela iniciativa e os investimentos na profissionalização para os jovens. Eu digo isso porque, ontem, a Setre entregou 500 certificados do Programa Qualifica Bahia, um programa que tem grande relevância para a juventude, para esses jovens que continuam buscando, cada vez mais, o seu espaço, a sua oportunidade. E hoje eu falo aqui com propriedade como deputado da juventude, como parlamentar desta Casa que irá continuar a defender políticas públicas de inserção dos jovens no mercado de trabalho, Sr. Presidente.

Então, mais uma vez, aqui, parabenizar o governo do estado, o meu governador Jerônimo Rodrigues e o secretário Davidson Magalhães.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, saudar de maneira especial essa infância que está aí, adolescentes da escola municipal que vieram nos visitar no dia de hoje. Sejam bem-vindos e bem-vindas alunas, alunos e professores, comunidade escolar.

Presidente, eu venho a esta tribuna para fazer aqui, mais uma vez, um apelo ao nosso governador Jerônimo. Esse é um tema recorrente de que a gente vem tratando desde sempre, mas no ano passado esse debate se intensificou e nós, inclusive, apresentamos aqui, nesta Casa, um projeto de indicação para a colocação urgente de câmeras nos fardamentos dos policiais e nas viaturas. É fundamental que essa medida seja tomada. É uma medida de proteção à vida.

Nós acabamos de ver, nesse último final de semana, um pai de família ser morto numa operação policial desastrosa no município de Lauro de Freitas, o marceneiro Genivaldo Silva, um trabalhador muito conhecido na comunidade de Portão. Eu quero, aqui, me solidarizar com os familiares, com os amigos, com a nossa vereadora Luciana Tavares, que está acompanhando esse caso doloroso. Não é mais possível que a gente contabilize cotidianamente essa mortandade de pessoas negras, sobretudo de jovens negros, sem que nada seja feito no sentido de barrar essa sangria. As vidas negras importam. E a forma de demonstrar essa preocupação é o poder público assumir uma atitude política diante dos dados, dos números.

A nossa Bahia não pode continuar ostentando indicadores de assassinatos, de mortes violentas da maneira como está, ocupando o primeiro lugar, sobretudo, na região Nordeste. Nós temos que enfrentar esse problema.

Não é possível um projeto de desenvolvimento socioeconômico se nós não levarmos em conta a necessidade de redução dessas mortes violentas, principalmente dessa juventude dos guetos, dos bairros populares, das favelas, que precisa existir, precisa viver, precisa ir para a escola, precisa ter projeto de vida, de futuro. Essas mães que ficam a prantear seus filhos, essas famílias enlutadas que se revezam...

A cada dia que se abrem as páginas dos jornais, as redes sociais a gente vê as repercussões de mortes violentas dessa juventude. E sempre é um corpo preto. As balas perdidas sempre são encontradas nos corpos alvos, que são os corpos dos jovens negros.

Nossos indicadores de feminicídio, somente no ano passado foram 108 mulheres mortas.

Eu sou da base de apoio ao nosso governador, ao nosso governo, um governo que investe em saúde, um governo que tem investido em educação, mas isso não significa um pacto de silêncio em relação às questões que são fundamentais, porque dizem respeito à vida, vida de pessoas negras como eu,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que vêm do mesmo barro, do mesmo gueto de onde eu vim.

Então, eu quero, aqui, finalizar a minha fala saudando a luta dos movimentos negros organizados, os movimentos de defesa de direitos humanos. Nós precisamos de uma grande campanha pelo desarmamento e uma grande campanha pela vida e, sobretudo, de uma política pública que deu certo, porque protege a vida da juventude e também dos policiais, que é a adoção das câmeras nos fardamentos e nas viaturas.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada por sua tolerância. (Palmas)

(Não revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: Estou esperando o tempo ali... É meu tempo, presidente, 5 minutos. Já começa com 4min58s? Então, é melhor colocar 5min1s.

Sr. Presidente, queria saudar V. Ex.^a. É um prazer estar vendo V. Ex.^a presidindo aqui. Saudar os deputados. E vocês, alunos aqui, sintam-se em casa. Tenho a certeza de que... E espero que isso aqui, professoras, professores, sirva de estímulo para todos vocês que, eu sempre digo, sairão médicos, sairão professores, sairão advogados, administradores e, inclusive, vereadores e deputados. Parabéns para vocês e boa sorte!(Palmas)

Falando isso, Sr. Presidente, V. Ex.^a acabou fazendo uma provocação, aqui, ao deputado Leandro. Eu conheço V. Ex.^a. Quando V. Ex.^a trata de um tema, eu sei que V. Ex.^a trata do que acha e trata como grupo. V. Ex.^a tratou, realmente, do que acha, do que entende sobre isso.

Mas existem alguns questionamentos sobre a regulação que nós precisamos fazer. Nós, como cidadãos baianos, não podemos aceitar essa forma como está sendo praticada. Não é possível a Sesab, desse tamanho, a Secretaria da Saúde do estado fazer um mutirão de saúde e fazer aquela loucura de indignidade, de desumanidade, deixando as pessoas dormindo sobre papelão para conseguir realizar uma ultrassonografia. Será que é dessa forma que a gente tem que atender às pessoas? É só atender sem dignidade, sem humanidade, sem solidariedade, sem olhar o sofrimento das pessoas? Não!

Eu acho que, já que queria fazer o mutirão, poderia, sim, fazer a marcação. Ninguém mais neste mundo faz marcação presencial. Como é que você bota um mutirão com diversos atendimentos, diversos serviços ofertados à Bahia toda e você diz quem chegar primeiro? Vou atender quem chegar primeiro! Pelo amor de Deus! A gente não fala só de Salvador, não fala de Simões Filho, não fala de Camaçari, a gente fala da Bahia, a gente fala dos baianos que estão se deslocando de Brumado para vir aqui e fazer algum tipo de procedimento.

Então, eu acho que isso tem que ser revisto. A regulação está horrível! A regulação é horrível, sim! Nós temos um hospital chamado Hospital da Mulher – veja o nome, Hospital da Mulher – e existem mulheres na fila há mais de 3 anos para conseguir um procedimento simples, uma punção de mama, uma cirurgia de histerectomia. Três anos!

V. Ex.^a tem que me perdoar, isso não é normal. Não podemos aceitar esse tipo de tratamento como normalidade, isso é injusto! Alguém está deixando de pensar, alguém está deixando de trabalhar, porque não é possível que entre ano e saia ano e se continue a falar da fila de regulação, a chamada fila da morte. A Sesab agora modificou seu panorama, fez no governo passado uma unidade gigantesca de regulação. E eu digo: o problema não é físico, não é espaço físico de regulação, porque hoje tudo é através da tecnologia. Então, não tem porque você fazer um prédio gigantesco daquele e a regulação não avançar em nada! Todos os dias, pasmem V. Ex.^{as}, só em Salvador são mais de 250 pacientes que amanhecem, todos os dias, de 250 a 300, só oriundos das UPA, esperando a regulação. Mas não é porque Salvador não faz o seu trabalho, não, não. Salvador tem o acordo para que o atendimento de alta complexidade seja feito pelo estado e para isso Salvador repassa os recursos de R\$ 800 milhões, mas continua sofrendo.

Não é possível! V. Ex.^a falou aqui, e é verdade, que V. Ex.^a tem que ligar para a secretária para pedir uma regulação. Isso não é normal, isso não é aceitável. Nós não podemos achar que a gente não tem como fazer outra coisa e agradecer. Não, eu não agradeço, eu sou inquieto e acho que os hospitais que estão sendo feitos... Se não me falha a memória, V. Ex.^a se equivocou no discurso e disse que são 20. Eu acho que são policlínicas. Hospitais, eu acho que foram sete. E não deu jeito porque falta a gestão de leitos.

Às vezes, Sr. Presidente, eu, até por ser médico, por ter contato com outros colegas, sei que existe já a vaga em determinado lugar e a regulação não funciona, eu tenho que avisar à regulação: “Não, tem um lugar, sim, tem a vaga lá e tal...” Ou seja, isso é o quê? Falta de espaço? Não é, isso é falta de gerenciamento.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, continuarei falando aqui da regulação porque hoje, além da fila da regulação, a Sesab criou a fila do mutirão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. Raimundinho da JR (fora do microfone.): Estou inscrito, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Raimundinho, V. Ex.^a está inscrito, mas está aqui na fila.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. deputados, eu quero me despedir, aqui, das crianças – os meninos já estão saindo para visitarem outras unidades – e fazer um registro importante. Hoje a Chesf comemora 75 anos de existência. Essa é uma das empresas mais antigas do Brasil na geração de energia e, infelizmente, foi vendida na bacia das almas pelo governo do ex-presidente Bolsonaro. Não só a Chesf, todo o sistema Eletrobrás. Inclusive, há denúncias de que o processo não seguiu o devido curso legal e o presidente Lula já afirmou que vai reestatizar o sistema Eletrobrás porque, como consequência direta, depois da privatização houve o aumento da tarifa de energia e o aumento do salário do CEO, do presidente executivo. Essas foram as repercussões importantes depois da privatização desse sistema.

Então, eu quero parabenizar os trabalhadores da Chesf, essa empresa que tem que voltar a ser uma empresa do Nordeste brasileiro, do povo brasileiro para cuidar das águas do Rio São Francisco e poder ter esse patrimônio controlado no seu uso múltiplo para geração de energia elétrica, para a pesca, para o turismo e outras atividades. É urgente que a gente volte a ter o controle da Chesf enquanto empresa pública.

Meus parabéns a esses 75 anos! A Chesf vivendo esse pesadelo que, eu creio, em breve vai ser terminado.

Sr. Presidente, eu também quero, aqui, refletir sobre a situação da saúde. Há, aqui, discursos em que esquecem que no passado havia fila de ambulâncias na BR-324 e os pacientes morriam na porta dos hospitais, batendo lá para saber se tinha vaga, se tinha leito.

A Bahia funcionava, sim. Wagner fez oito hospitais, Rui fez mais 10, e a Bahia bateu recorde na ampliação de leitos normais e leitos de UTI. Além disso, 23 policlínicas. Todo mundo sabe que a regulação é o processo mais democrático que o povo tem para acessar um leito, porque entra numa fila e os leitos são liberados em uma racionalidade, e não em tentativa e erro na porta de hospital para saber onde pode ser internado.

Por que a regulação tem problema? O problema, deputado Alan, está na atenção básica de saúde. O prefeito Bruno Reis tem que tirar Salvador da pior atenção básica entre as capitais do Brasil para que o nosso povo pobre possa ser atendido no posto de saúde. Quando ele chegar lá com uma enfermidade, que possa ser cuidado e não evolua numa diabete para depois estar batendo na porta do hospital. Quando a atenção básica não funciona são os hospitais que são sobrecarregados para atender ao povo.

Então, é muito fácil vir aqui e falar da regulação. Agora, o mais importante é dizer: prefeito faça sua parte, cumpra o seu pacto no Sistema Único de Saúde e cuide da atenção básica porque assim o sistema todo vai funcionar.

Os hospitais ficam tratando de problemas que teriam que ser resolvidos na atenção básica de saúde, como o controle de pressão que evolui para um acidente vascular cerebral, o controle de colesterol e outros indicadores que vão para um problema de coração, porque o prefeito não contratou médico, não botou agentes comunitário de saúde, não cuidou de enfermeiro e deixou a bomba explodir na alta complexidade, matando o povo sem a assistência básica de saúde.

Os mutirões, da mesma forma. Sabe por que existem? Porque Salvador não faz prevenção, não atende às mulheres, as mulheres de Salvador não são atendidas nos postos de saúde, não têm preventivo.

Bote a mão para céu, deputado Alan! Se o governador não fizesse os mutirões não teria nada, porque o prefeito de Salvador não faz política pública de saúde, essa é a verdade. Apontar o dedo para o governador, deveria antes vir com o agradecimento por fazer esses procedimentos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) em mutirão para resolver o problema de saúde da atenção básica, que o prefeito não cuida e é sua obrigação cuidar no pacto.

Tem outros saudosos aqui a quem eu queria lembrar que o Brasil teve 2 bilhões de prejuízo com vacinas vencidas. E se Bolsonaro cuidasse da vida do povo esses 2 bilhões estariam no Sistema Único de Saúde para ajudar aos estados e municípios, Sr. Presidente.

Então, é fácil apontar o dedo agora, mas não apontaram quando o Bolsonaro deixou 700 mil pessoas morrerem sem assistência de saúde e sem vacinação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto,

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto: A minha questão de ordem, Sr. Presidente, é no sentido de dar continuidade com as pessoas que estão inscritas. Não haveria o Grande Expediente. Obviamente, há um projeto que é apenas de determinação do dia...

O Sr. Alan Sanches: Do mês.

O Sr. Rosemberg Pinto: Do mês, desculpe-me.

(...) e havia já um comprometimento, tanto meu como do deputado Alan, com o ex-deputado Luiz Alberto de que aqui nós votaríamos. Então, se houver isso... É um projeto apenas simbólico, mas importante para o estado da Bahia. Então, essa questão de ordem foi para dar oportunidade a todos que estão inscritos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Vai fazer a questão de ordem, deputado Alan?

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, primeiro, eu quero agradecer-lhe. Eu vinha ressaltando de forma veemente como V. Ex.^a tem sido republicano, sem passar por cima dos deputados, permitindo que a Minoria tenha voz e vez. E não foi diferente com a solicitação que nós fizemos. Eu já a fazia para V. Ex.^a desde dezembro passado. Entendi isso. Em fevereiro, eu fiz a solicitação a V. Ex.^a e V. Ex.^a viu que esse era o momento. Então, quero lhe agradecer, porque nós, da Oposição, precisamos muito deste Plenário para que a gente possa estar defendendo os interesses da Bahia.

Falando nisso, Sr. Presidente, primeiro, para responder ao deputado Rosemberg, à questão de ordem que ele fez, eu gostaria de saber quantos deputados estão inscritos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tem agora o deputado Raimundinho e o deputado Tiago Correia.

O Sr. Alan Sanches: Pronto!

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, eu estou inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Hein?

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu estou inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, eu imaginei que V. Ex.^a... Vai usar da palavra?

O Sr. Rosemberg Pinto: Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, Rosemberg, Raimundinho e Tiago.

O Sr. Alan Sanches: Então, são três. A gente fecharia as inscrições, porque já são 15h34min.

O Sr. Rosemberg Pinto: Marcinho também.

O Sr. Alan Sanches: Marcinho, o quarto.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Tiago Correia.

O Sr. Alan Sanches: São quatro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não. Marcinho falará no lugar de Tiago. O presidente já decidiu. Pronto!

O Sr. Alan Sanches: Também não temos objeção alguma em fazer a apreciação do projeto que, justamente, vem dignificar... Nós precisamos, sim. Setembro vai ser um mês de referência para aquelas pessoas que – não que hoje se fale em necessidades especiais –, realmente, tenham algum tipo de deficiência. Esse projeto vai ter o apoio da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Obrigado, deputado Alan.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Raimundinho.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Sr. Presidente, nobres colegas, subo a esta tribuna, mais uma vez, Sr. Presidente, para parabenizar a cidade de Camaçari. Eu estive visitando a maternidade que foi inaugurada no ano passado – ali, sim, é tratar das

mulheres gestantes com respeito e qualidade de vida – ao lado do Hospital Geral de Camaçari, também do estado da Bahia. Foi feita uma reforma. E lá, na nossa região, foi feita com muita determinação e orgulho. Então, quero, aqui, parabenizar o governador que está aí, hoje, e o nosso grande líder também, Geraldo Júnior. Dizer, Sr. Presidente, nobre deputado, que, com respeito à Casa, aos amigos, aos colegas aqui presentes, eu vejo que se cada um de nós fizer um pouquinho e pudermos ajudar ao nosso povo baiano tenho a certeza de que a nossa realidade a cada dia vai mudar um pouco a história da nossa Bahia.

Quero lhe dizer, aqui, hoje, Sr. Presidente, que já fiz um ofício à Sesab, porque nós temos dois hospitais: um em Coaraci e um em Guanambi, que vamos colocar à disposição do governo Jerônimo para que possa atender ao nosso povo baiano com mais qualidade ainda, porque o nosso povo do interior também precisa ter uma saúde de qualidade.

Assim, como governador... Tive a oportunidade de estar acompanhando-o na jornada para a entrega dessa unidade que foi feita agora como referência sobre a anemia falciforme. E eu quero parabenizar ao governador Jerônimo pela atitude e a grandeza de fazer em nosso estado da Bahia a referência do Brasil.

Quero dizer, Sr. Presidente, que eu estou hoje muito feliz quando vejo também aqui aquele jovem, que será o futuro do nosso país amanhã, participando da vida pública, vendo as esperanças desta Casa em poder mudar a vida das pessoas. E quero, aqui, lhe dizer, Sr. Presidente, vendo toda essa situação, que estava vendo uma matéria sobre o Hospital Irmã Dulce... Estou falando com alguns deputados aqui, amigos nosso, que também vieram para esta Casa para podermos ajudar ao próximo.

Quero dizer que o próximo salário que vou receber eu vou doar para o Hospital Irmã Dulce, para que eu possa ajudar ao povo baiano, porque Deus já me deu muito mais do que mereço. Não vim para cá para ser melhor do que ninguém, mas vim para aqui ajudar ao povo baiano. Foi isso que eu disse ao governador Jerônimo. Eu não fui eleito pelo partido do governador e disse a ele: “Governador, não vim aqui lhe pedir vaga de emprego e oportunidade. Eu só quero que o senhor me dê condições de trabalhar, de colocar as pessoas nos seus devidos lugares.” E assim eu quero fazer ao lado do governador Jerônimo.

Por onde eu estou andando... Acompanhei a abertura do ano letivo e vi a grandeza dos colégios que estão sendo abertos em nosso estado. E fico cada dia mais à vontade por poder contribuir com o nosso governador para que eu possa mostrar à nossa Bahia que nós temos que ser um estado de primeiro mundo. Mas para isso é preciso que cada um de nós faça o nosso trabalho nesta Casa. Eu acho que nós estamos aqui para representar a nossa Bahia.

Quero parabenizar também a Polícia Militar pelos 198 anos. Tive o prazer de estar lá ao lado do nosso comandante Coutinho, ao lado do secretário da Segurança e ao lado do meu amigo coronel Marchesini, que é a pessoa que comanda o Corpo de Bombeiros. E tenho muito orgulho por fazer parte dessa família, porque no que eu puder, estiver ao meu alcance, não vai faltar esforço para que eu possa ajudar à Corporação.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para que nós tenhamos uma Bahia mais segura, com mais respeito, é preciso que cada um de nós nesta Casa faça um pouco.

Nós estamos aqui para representar ao povo baiano e eu acho que esse é o meu papel, que vou levar até o último dia do meu mandato com muita tranquilidade e com muita transparência. Desde quando eu estou em minha trajetória política, Sr. Presidente, eu falo para os meus eleitores...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que eu tive o voto de “a”, de “b” e de “c” e que eu não vim para esta Assembleia, para esta tribuna, buscar só o salário que eles me pagam. Eu vim dar o que for possível para que possa ajudar todos dentro da minha humilde... humilde imaginação. No que eu puder, eu vou ajudar o nosso povo baiano.

Meu muito obrigado a todos vocês.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Tiago Correia, eu espero que V. Ex.^a também faça o mesmo gesto do deputado Raimundinho, assim como os demais deputados – deputado Angelo, deputado Vitor, deputado Hassan, deputado Marcinho –, imitem o benemérito, ajudem aqueles que têm menos. O deputado Vitor fez que não ouviu.

Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde; boa tarde, nobres colegas; pessoas que nos acompanham na tribuna; amigos da imprensa.

Sr. Presidente, vou iniciar meu discurso, hoje, saudando todos nós que somos consumidores, afinal, hoje é o Dia do Consumidor, consumidor que, por muitas vezes, não é respeitado por diversos prestadores de serviço. No nosso estado, temos diversos casos recorrentes, e hoje, de presente, para todos os consumidores, a Embasa cortou mais uma vez a água, o fornecimento, o abastecimento de água em diversos bairros da nossa capital, presenteando os consumidores com a falta de um serviço tão essencial, que é o abastecimento de água.

Fica aqui o nosso repúdio à má prestação desse serviço que a Embasa vem fazendo não só na nossa capital, mas em todo o interior, onde, em muitos municípios, a água que chega não é de qualidade, isso quando chega. Nós precisamos, esta Casa precisa, fazer esse debate para ver de que maneira podemos melhorar um serviço tão essencial, que é o fornecimento de água, na vida de todos os baianos.

Aproveitando também, Sr. Presidente, quero lembrar que o dia 19 de março é o Dia do Artesão, quando vai ocorrer, realizado pela Associação dos Artesãos da Bahia (Adaba), no Campo Grande, a nona edição da *Semana do Artesão*, do dia 18 a 26 de março, este importante evento que compõe os eventos que serão realizados no *Festival da Cidade*, em comemoração aos 474 anos da nossa capital, no dia 29 de março.

Deixo aqui um abraço a todos os artesãos, e é importante lembrar que, por trás de cada artesanato, por trás de cada produto artesanal, seja ele um doce, seja ele um

alimento, seja ele uma vestimenta, seja ele um utensílio, o que quer que seja, Sr. Presidente, existe um artesão, existe uma família que, muitas vezes, tem no artesanato o seu único meio de vida. Então, temos que saudar esses milhares de baianos, e baianas, e brasileiros que vivem do artesanato e fazem viva a nossa cultura. Um abraço a todos os artesãos!

Por último, Sr. Presidente, queria saudar e parabenizar a OAB, a sua presidente, Daniela Borges. A OAB, hoje, realizou o *Fórum Baiano do Agronegócio da OAB Bahia*, tendo à frente o Sr. Leandro Mosello, presidente da Comissão Especial do Agronegócio da OAB Bahia, debatendo diversos temas da agricultura e pecuária do nosso estado, entendendo a importância que esse setor tem para a geração de empregos, a geração de riquezas.

Diversos temas foram abordados, e aí eu queria dar um destaque aos desafios e oportunidades que foram apresentados. Entre os desafios, a infraestrutura do nosso estado, que ainda carece de muita melhoria para que a produção possa escoar; a energia elétrica, que ainda falta em muitos rincões, e a falta dela impede que diversas empresas e diversas indústrias agrícolas sejam instaladas em no estado; a falta de assistência técnica, que ainda acontece; a questão da segurança pública no campo, principalmente quando os pequenos municípios não têm Polícia Militar, não tem segurança e, muitas vezes, o agricultor já não quer mais residir na propriedade; e principalmente a questão da segurança jurídica, Sr. Presidente.

Estava presente Humberto Miranda, presidente da Faeb, e ele pediu que eu trouxesse a V. Ex.^a um pedido para que esta Casa se reúna com a Faeb, com os movimentos sindicais, movimentos dos trabalhadores rurais, com a federação para discutirmos as invasões de terra que vêm acontecendo de forma desordenada em nosso estado. Algumas delas, ocorrem com motivações políticas, colocando em xeque, inclusive, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a política de reforma agrária do nosso país, pois muitas vezes propriedades produtivas são invadidas com outras finalidades que não a reforma agrária.

Então, é um tema que precisa ser discutido, afinal, o campo está virando palco de cenas de horror, e, antes que aconteça algo de mais grave, é importante que todos esses movimentos, que o governo do estado, que a Secretaria de Segurança Pública, que a Faeb e a Secretaria de Agricultura possam debatê-lo, e a paz volte a reinar no nosso campo.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

É isso que eu trago. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marcinho, para encerrar.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, nobres colegas deputados, deputadas, Sr. Presidente, no último domingo, dia 12, tive o prazer de participar do

aniversário de emancipação política da cidade de Crisópolis, cidade gerida pelo amigo prefeito Leandro Dantas, que vem criando um jeito diferente de governar, colocando amor nas suas ações. Isso vem fazendo com que o município se transforme em um verdadeiro canteiro de obras.

No último domingo, inauguramos seis ruas totalmente pavimentadas; entregamos um ônibus para a educação; foram entregues também um caminhão baú para carregar a merenda escolar e uma retroescavadeira, via Codevasf, para ajudar na parte de infraestrutura daquele município.

Mas venho à tribuna, nesta tarde, Sr. Presidente, para parabenizar o presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Nilson Castelo Branco, e o juiz da Comarca de Olindina, Dr. Donizete de Oliveira, pela iniciativa de colocar, no município de Crisópolis, um posto avançado do Tribunal de Justiça para ajudar a população mais carente a ter acesso à Justiça. Encurtam-se, assim, 40 quilômetros de distância, ligando os povoados até o município de Olindina, o que permite que possam ser feitas pequenas consultas, pequenos procedimentos naquele posto avançado. Também, no futuro, vai ser implantado o cartório eleitoral naquele posto avançado.

Isso é um avanço muito grande no Judiciário, já que existem muitas cidades que ainda não têm a comarca, e esse posto avançado foi uma ação acertada do Tribunal de Justiça, merece a moção de aplausos que fiz e apresentei a esta Casa. Fico muito feliz em poder ver ações como essas sendo desenvolvidas como projetos pilotos que vão ajudar muito o nosso estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo esforço de ceder esse tempo.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, já acabou, já falou, já encerrou.

Com a palavra o deputado...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Já verificando aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ah! Ainda falta o líder Rosemberg (risos), tinha esquecido...

O Sr. Alan Sanches: Eu queria...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): No acordo...no acordo que foi feito...

O Sr. Alan Sanches: Eu queria tirar a palavra dele, mas já... vamos permitir. Com a palavra aí por 5 minutos. (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Desculpa, deputado Rosemberg, V. Ex.^a está com a palavra.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, presidente Adolfo Menezes, servidoras, servidores, imprensa, presidente, eu venho a esta tribuna

porque há um debate que precisa ser explicado com relação ao licenciamento, por parte do Inema, de um empreendimento na Ilha de Boipeba, no município de Cairu. Como deputado votado naquela cidade e como líder do Governo, venho aqui informar à sociedade baiana, aos deputados e às deputadas que, na realidade, o Inema não ultrapassou nenhuma linha da legislação que estipula os licenciamentos dos empreendimentos.

Na realidade, esse é um processo que já dura 10 anos. No primeiro momento, o Ministério Público Federal questionou a área desse empreendimento alegando se tratar de uma ilha e que, por conta disso, o licenciamento deveria ser feito a partir do Ibama. O Inema, atendendo a essa manifestação do Ministério Público lá atrás, procurou a Secretaria do Patrimônio da União, que é quem diz de quem é a propriedade das áreas que são questionadas como áreas da União. E foi apresentada para o governo do estado da Bahia, através do órgão licenciador, o Inema, num documento da Secretaria do Patrimônio da União, a informação de que é uma área privada, não é uma área pública.

O Iphan, que é responsável também por essas áreas, pela anuência ao licenciamento, fez a autorização desse licenciamento. Além do que, deputado Alan, é uma área de 1.651 hectares. Dessa área, apenas 2,9 hectares é que estão em discussão. A supressão diz respeito a 2% da área, e não há nenhum impeditivo do ponto de vista da legislação.

Então, eu venho afirmar aqui que o Inema não ultrapassou nenhum limite do processo de licenciamento. O Inema fez aquilo que esta Casa Legislativa autorizou na Lei de Licenciamento Ambiental. Não há, então, que se falar em qualquer problema no licenciamento feito pelo Inema.

É natural que haja vários tipos de dúvidas para serem esclarecidas porque se trata de um empreendimento numa área sensível. Esse tipo de empreendimento requer audiência pública, foram feitas dez audiências públicas; esse empreendimento requer diálogo com os diversos órgãos na região, e foi feito todo o debate, toda a discussão.

Os técnicos do Inema, às vezes, são muito questionados...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pela rigidez no licenciamento, então não há que se falar em nenhum tipo de posição diferenciada da legislação por parte do Inema.

Eu venho, aqui, afirmar para a população baiana, para os deputados, para as deputadas que tudo foi feito dentro da total legalidade. Estou falando isso porque hoje eu soube que esse tema foi debatido...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) na comissão de meio ambiente e na comissão de defesa do consumidor. Não vejo nenhum problema, as duas comissões têm legitimidade para debater essa temática, mas venho, aqui, com a obrigação de fazer a defesa do nosso Inema, esse instituto respeitado no processo de licenciamento do estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para encerrar, deputado Zó. (Silêncio)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Desistiu, deputado?

O Sr. Zó (fora do microfone): Não, estava aqui tentando dar presença, e não estou conseguindo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vamos embora, fale sem presença mesmo.

O Sr. ZÓ: Sr. Presidente, primeiro, eu queria agradecer ao deputado Alan e ao deputado Rosemberg pela oportunidade de falar aqui.

Eu queria registrar o aniversário da nossa querida Chesf, uma empresa brasileira, nordestina, que completa aniversário hoje, mando um grande abraço para os servidores da Chesf, para todos os ribeirinhos e irrigantes que dependem das águas sagradas do Rio São Francisco. Quero fazer esse registro e dizer que, agora, o processo é reestatizar a Chesf e trazê-la de volta aos braços do povo.

Em segundo, presidente, eu queria fazer o registro de que o deputado Jordavio, filho da prefeita de Juazeiro, falou que a obra de duplicação da ponte para terminar a parte de Juazeiro, da travessia urbana, é uma conquista da prefeita. Primeiro, quero deixar claro que o governo que passou, do qual a prefeita era aliada, não deixou nenhuma obra em Juazeiro.

O governo do estado da Bahia, deputado Angelo Coronel Filho, tem quase 20 obras em construção em Juazeiro, são nove escolas, deputado Rosemberg Pinto, a ampliação do hospital regional, a reforma do Detran, a água para a maníçoba, a questão do ginásio de esporte, o batalhão de polícia, são quase 20 obras que estão sendo executadas, asfalto para Itamotinga, duplicação da BA-210, asfalto para Sobradinho...

A prefeita não consegue nem capinar as ruas de Juazeiro, não consegue nem fazer um concurso de Rei Momo em Juazeiro, não consegue nem saber quem ganhou um festival de música, e vai “trazer” duplicação. Eu quero deixar claro que as obras que chegam do estado e do governo federal são obras do grupo político liderado pelo governador Jerônimo, pelo ministro Rui Costa, pelos senadores Angelo Coronel, Otto, Jaques Wagner e pelos deputados que são da região, como eu, que venho aqui, que frequento os gabinetes. São deputados que vão às secretarias, que conversam com o governador, com os ministros.

A obra da travessia urbana, prefeita, é uma obra que o presidente Lula começou, foi interrompida por uma questão da CGU, porque tinha dois projetos com nomes diferentes, mas com o mesmo propósito. Essa luta da questão da alça da qual o presidente Lula falou, da “Ponte Picolé”, que seria feita uma alça subindo do “m” para Petrolina e outra descendo, chegando no Vaporzinho, Casa do Artesão, que iria complicar demais o trânsito de Juazeiro...

Depois que Lula saiu, que Dilma saiu, a obra parou, não foi retomada mais, e agora o presidente fala, por conhecimento de causa, como presidente que conhece o Brasil. É um presidente em que eu já votei todas as vezes em que fui candidato e em quem a prefeita nunca votou, ele vai retomar a obra, como está retomando diversas obras no Brasil.

Portanto, que as pessoas da base de Bolsonaro não fiquem querendo pegar ponga nessas obras. Se o Jordavio falou, ele precisa vir aqui e voltar atrás na palavra dele porque essa obra não tem DNA da prefeita. A prefeita não consegue... teve um acidente... ela não consegue trazer um ônibus escolar que preste, o único destaque que a prefeita consegue é estar nas matérias, em nível nacional, presidente, com ônibus que capotou com crianças por causa de estrada ruim e condições precárias de transporte escolar.

Os profissionais estão em greve lá, querem passar a maternidade para o estado, o estado está fazendo o hospital regional, fez UPA, já fez diversos investimentos na saúde, e ela prometeu que iria fazer uma casa de parto, no João Paulo II, que iria melhorar a maternidade, botou as mãos para chorar no programa eleitoral dela, fazendo campanha apelativa, hoje não consegue sequer administrar a maternidade.

E o filho dela, que é deputado junto comigo, vem aqui querer passar a maternidade para o estado. O governo do estado, nosso governador Jerônimo, está dando continuidade à obra que o nosso ministro Rui Costa começou, que é de uma grande maternidade lá no hospital regional...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. ZÓ: (...) com UTI neonatal, com toda a estrutura para as crianças de Juazeiro e da região não passarem o que estão passando na maternidade de Juazeiro, mães, por 15 dias, com o feto dentro da barriga sem conseguir fazer a curetagem porque a capacidade da maternidade de Juazeiro é precária, está abandonada, falta, inclusive, lençóis para elas. Pessoas que fizeram o parto lá tiveram os órgãos perfurados...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Zó.

O Sr. ZÓ: (...) e faleceram...

O deputado Jordavio não está aqui, não, porque eu queria falar olhando para ele, para dizer que a mãe dele não tem nada a ver com a travessia urbana, dizer que a prefeita de Juazeiro não tem nada a ver com a travessia urbana, ela não consegue fazer capinagem nas ruas, vai conseguir fazer a travessia urbana?...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Zó...

O Sr. ZÓ: (...) A travessia urbana é de Lula e do grupo político de Lula.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Nós já estamos em setembro de 2024? Calma, deputado Zó, a campanha de Juazeiro vai começar daqui a 1 ano e meio ainda.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, encerrado aí, e por acordo, ficou o Projeto do Setembro Verde, queria pedir a V. Ex.^a que ele fosse colocado em apreciação. Que a deputada Maria del Carmen, que hoje aprovou esse projeto na

Comissão de Constituição e Justiça, possa relatá-lo, se assim for combinado com V. Ex.^a.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

(Lê) “*Requerimento*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 24.735/2023, de autoria do Poder Executivo, que Institui o ‘Setembro Verde’, dedicado a campanha de inclusão social da pessoa com deficiência, na forma que indica.

Sala das Sessões, 15 de março de 2023.

Dep. Rosemberg Lula Pinto

Líder da Maioria

Dep. Alan Sanches

Líder da Minoria”

Para relatar, deputada Maria del Carmen.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Maria del Carmen.

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*, imprensa, servidores desta Casa, venho a esta tribuna, Sr. Presidente, relatar o Projeto nº 24.735/2023, de autoria do Poder Executivo. Esse projeto já tramitou na Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado por unanimidade pelos diversos membros da comissão que estavam presentes no dia de ontem, na reunião ordinária da comissão, e hoje venho à tribuna desta Casa aprovar, dar parecer sobre as diversas comissões, como a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública; a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Esse projeto diz:

(Lê) “*Comissão de Constituição e Justiça. Projeto de Lei n. 24.735/2023. Objeto: ‘Institui o ‘Setembro Verde’, dedicado a campanha de inclusão social da pessoa com deficiência, na forma que indica.’. Constitucionalidade. Juricidade. Técnica legislativa. Admissibilidade do projeto.*

Sendo membro titular da Comissão apontada no cabeçalho deste parecer, de autoria do Excelentíssimo Governador do Estado, cuja finalidade é a instituição do ‘Setembro Verde’.”, é um mês todo dedicado a programas e projetos voltados à pessoa com deficiência.

O Governador do Estado da Bahia (ALBA), no uso de suas atribuições previstas no art. 75 da Constituição Estadual propôs o presente Projeto de Lei, visando instituir mês dedicado ‘a campanha de inclusão social da pessoa com deficiência’.

À esta Comissão de Constituição e Justiça cabe exclusivamente a análise de questões de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa aplicada ao projeto de lei, ao que preceitua o art. 51, §1º do Regimento Interno desta Casa Legislativa (Resolução n. 1.193/85)

A técnica legislativa foi, regularmente, atendida no presente Projeto, na medida em que observou todos os ditames legais pertinentes, em especial, as questões formais e o rito adotado, além de estar adequado ao estabelecido na Lei Complementar n. 95/98.

O Projeto de Lei em apreço possui “epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas”; “parte normativa”, além da “parte final”, compreendida das “disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo”, consoante determina o art. 3º, incisos I, II e II da LC n. 95/98.

Ademais, estão atendidos os critérios estabelecidos nos artigos 4º ao 7º da referida Lei Complementar, ao passo que também verifico que estão cumpridos os requisitos previstos nos artigos 10 e 11, em especial diante da perfeita utilização da articulação e da redação do projeto de lei, sendo que o Projeto de Lei proposto possui redação: clara, precisa e possuidora de ordem lógica.

No que toca à Constitucionalidade, esta se divide em formal e material.

A Constitucionalidade do Projeto, em seu critério formal, está atendido na medida em que atende ao disposto no art. 75 da Constituição Estadual.

Ou seja, o Projeto de Lei foi apresentado pelo Governador, cumprindo o art. 75, é matéria de competência para apreciação por esta Casa Legislativa, ao que prescreve o art. 70, sendo assim, o Projeto de Lei atende ao critério da constitucionalidade formal.

Quanto ao seu critério da constitucionalidade material, este também está atendido.

Destaque-se que a constitucionalidade material diz respeito ao conteúdo do projeto de lei e deve ser avaliada em relação ao conteúdo da Constituição Federal e Estadual. Se o conteúdo do Projeto de Lei não estiver em conformidade com as Constituições, este deve ser considerado inconstitucional, em seu aspecto material. Caso o conteúdo esteja adequado, ou seja, não esteja contrário ao que dispõem as Constituições, o Projeto de Lei deve ser considerado constitucional.

Deste modo, o Projeto de Lei em apreço atende aos critérios da constitucionalidade formal e material.

O último critério a ser analisado é o da juridicidade, que diz respeito ao atendimento da legalidade do projeto em consonância com o ordenamento jurídico vigente. Ou seja, se o Projeto de Lei não conflita com princípios do direito, se possui licitude e legalidade.

Neste aspecto, não se vislumbra nenhuma ilicitude ou conflito do Projeto de Lei apresentado com o nosso ordenamento jurídico, razão pela qual, atende, também, ao critério da juridicidade. Ante ao exposto, o presente

Parecer é pela APROVAÇÃO do projeto, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia,

É o nosso Parecer,

SMJ. ”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Maria del Carmen, a senhora pode encostar um pouco o microfone para que os deputados...

(Servidora ajusta a posição do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pronto, isso.

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN: (...) Ante o exposto, diante desse projeto tão importante para instituir o programa, durante todo o mês de setembro, com diversas atividades e ações em favor das pessoas com deficiência, considerando que esse projeto atende ao... Nosso parecer é pela aprovação do projeto no âmbito dessas comissões citadas, a Comissão de Constituição e Justiça; a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e demais comissões. Sou pela aprovação do projeto.

Salvo melhor juízo das Sr.^{as} e Srs. Deputados desta Casa.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, nas comissões, o parecer da relatora Maria del Carmen pela instituição do Setembro Verde.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o **Projeto de Lei nº 24.735/2023, em 1ª discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 24.735/2023

Institui o “Setembro Verde”, dedicado à campanha de inclusão social da pessoa com deficiência, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o “Setembro Verde”, que passará a integrar o calendário oficial de eventos no âmbito estadual, a ser comemorado, anualmente, durante o mês de setembro, com o objetivo de divulgar e promover políticas públicas voltadas às

peessoas com deficiência, bem como sensibilizar a população quanto à relevância da inclusão social das pessoas com deficiência.

Art. 2º - Em comemoração ao “Setembro Verde”, o Poder Público poderá realizar debates, palestras, campanhas educativas, decoração de espaços públicos com a cor verde e outras iniciativas, no intuito de conscientizar a população da importância da inclusão social da pessoa com deficiência.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALACIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): No encerramento desta sessão, 1 minuto após, abrirei outra sessão para votarmos, em segundo turno, este projeto que institui o Setembro Verde.

Declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Dr. Diego Castro, Robinho, Samuel Júnior e Vitor Bonfim. (04)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.